



“Aqui não temos bastidores, só trabalho.” Como se prepara a luta dos sindicatos da educação?

Que preocupações têm os docentes? Qual o papel dos sindicatos? Pedimos à Fenprof, à FNE e ao Stop para nos abrirem as portas com um intuito: o de perceber como se prepara o trabalho sindical

Reportagem

Daniela Carmo Texto
Adriano Miranda e Nuno Ferreira Santos Fotografia

A entrada da escola já há professores à espera. São quase 17h30 da última sexta-feira que antecede o início do ano lectivo, estamos em frente à Escola Artística Soares dos Reis, no Porto. Ainda a meio da rua vemos o líder do Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (Stop), André Pestana, passo apressado, que brinda os colegas que o aguardam com um sorriso. Cá fora, ainda há tempo para os cumprimentos da praxe, antes de, com Pestana na dianteira, os cerca de 20 profissionais presentes se encaminharem para o interior da escola, onde daqui a instantes se inicia o último dos “encontros regionais de preparação da luta”, ao qual não nos foi permitido assistir.

De que falam os docentes quando não estão na escola ou em manifestações? Com quem falam?



Quais as suas preocupações? E qual o papel dos sindicatos? No arranque de um novo ano lectivo que promete voltar a ser de luta e contestação nas escolas, pedimos às duas organizações sindicais mais representativas do sector – a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e a Federação Nacional da Educação (FNE) – e também ao Stop (que, no último ano, dinamizou várias acções de protesto) para nos abrirem as portas. Quisemos assistir ao trabalho prático que está por detrás da face que é visível à sociedade. Durante duas semanas, estivemos em acções dos três sindicatos, à excepção da reunião convocada por André Pestana. “Vamos aqui alinhar algumas estratégias, algumas que não podemos revelar, porque têm de ter o efeito-surpresa”, justificou.

É uma chegada um tanto messiânica, a do líder do Stop, se pensarmos que está aqui em nome próprio e não a representar o sindicato. O próprio diz que não há a “carga oficial” – disse nos dar conta Carla Piedade, membro da direcção do Stop, que assumiu

temporariamente o cargo de coordenadora no final de Julho, quando André Pestana esteve de férias – e recusa a ruptura com a direcção. Uma semana volvida e o líder do Stop viria a pedir uma assembleia geral extraordinária para destituir a direcção do sindicato. Já lá vamos. Mas este parece ser o assunto sobre o qual não se fala.

“São perguntas que terão de ser colocadas ao André. Esta cisão não foi feita pela direcção. Esta cisão foi sendo gradualmente assumida pelo André Pestana. Mas a direcção mantém-se sempre disponível para continuar a conversar e negociar no sentido de preservar o Stop e a sua luta”, explica-nos numa reunião à qual pudemos assistir, essa, sim, em representação da direcção do sindicato. E é precisamente nesse ponto que estes encontros diferem: “A reunião [na Soares dos Reis] foi organizada pelo André em nome próprio. Esta, de hoje, é organizada pela direcção. No entanto, o que queremos sempre acreditar é que estamos todos a apontar para o mesmo caminho, que é a luta dos profissionais da educação.”

Um outdoor importante

No mesmo caminho de luta por uma escola pública de qualidade estão também os sindicatos da velha guarda e que reúnem o maior número de associados, ainda que os métodos variem. A Fenprof é a organização mais representativa no sector, com cerca de 50 mil associados, de acordo com dados fornecidos pela federação que remonta a 2022, seguindo-se a FNE, que soma 35 mil sócios. Já o Stop tem quase 3000, segundo informação fornecida pelos dirigentes.

Ao longo do último ano lectivo, durante meses, chegaram-nos imagens de profissionais da educação com cartazes e faixas à entrada das escolas ou em grandes protestos pelo país, sindicatos em negociações com o Ministério da Educação ou docentes a acampar como forma de contestação. Para preparar estas acções decorrem, não raras vezes, meses de preparação. Como se montam todas as acções de protesto? E o que há além disso? Como são os bastidores da contestação dos professores?

Pedro Barreiros

Sindicatos de professores preparam contestação para o ano lectivo 2023/2024. Ao centro, o líder da FNE, Pedro Barreiros

André Pestana

Líder do Stop fez encontros regionais nas escolas para preparação da luta

“Há acções cuja frequência já é tal que rapidamente nos conseguimos organizar e pô-las em prática. Há outras que conseguimos organizar com alguma antecedência, porque olhamos para o calendário e são acções que se repetem e estão dentro do nosso plano de actividades, como é o caso dos aniversários dos sindicatos. E depois há um conjunto de actividades que se podem ajustar no modo e na forma”, explica-nos o secretário-geral da FNE, Pedro Barreiros.

Ainda a uma semana do início do ano lectivo, entramos na reunião do conselho permanente do Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN), que integra a FNE, na véspera de uma acção de protesto junto ao IP3, em Penacova (distrito de Coimbra). Hoje, alinham-se os últimos preparativos, tais como o número de carros disponíveis e quantas pessoas vão arrancar do Porto na manhã seguinte rumo a Penacova. Pedro Barreiros mostra os capacetes, os coletes e a placa a usar na acção que vai inaugurar o Itinerário dos Professores (IP) 6623, em alusão aos seis →



anos, seis meses e 23 dias de tempo de serviço por recuperar.

O IP6623 mais não é do que um *outdoor* que foi colocado junto ao IP3 para lembrar o tempo que ainda têm congelado. Foi apresentado e aprovado ainda em Julho, numa reunião da FNE para marcar o final do ano lectivo. De lá para cá passaram-se mais de dois meses. “Já sabemos que, quando queremos fazer algo deste género, são precisos pelo menos dois meses. Foi o tempo para pedir as devidas autorizações, tratar do som, dos capacetes, dos coletes, cartazes, do *outdoor*”, diz Barreiros.

Na acção estiveram algumas dezenas de sindicalistas, munidos dos capacetes e coletes e também de bandeiras. Com a iniciativa, a FNE quis lembrar ao Governo de António Costa que não cumpriu a promessa de requalificação do IP3 nem recuperou o tempo de serviço dos professores. “São cinco anos de falta ao compromisso assumido com toda uma região e população; contudo, e mesmo assim, são menos do que os seis anos, seis meses e 23 dias que nessa mesma ocasião [o primeiro-ministro] disse não querer contabilizar – o tempo de serviço prestado pelos professores e educadores”,

sublinhou Pedro Barreiros no discurso de inauguração.

A plataforma dos nove

Com greves ao sobretalho e às horas extraordinárias a abrir o ano escolar, na véspera do primeiro dia de aulas, foi tempo de pendurar nas escolas, por todo o país, pendões e faixas alusivas à luta dos professores, numa série de acções em convergência com a plataforma de nove organizações sindicais. “Não se esqueçam de enviar fotografias e vídeos da acção nos vários distritos para podermos divulgar nas redes sociais”, há-de recordar o secretário-geral da Fenprof (que assumiu o cargo há 16 anos), Mário Nogueira, em reunião de dirigentes da federação.

Ao contrário da maioria das organizações do sector, o Stop nunca integrou a plataforma. Este ano, como em 2008, assistiu-se à convergência sindical, que tomou forma na chamada “plataforma dos nove”. Em 2008, os sindicatos uniram-se também na maior luta até à data para contestar a avaliação de desempenho, era Maria de Lurdes Rodrigues ministra da Educação. Calculou-se então que 120 mil docentes saíram à rua (no sector do Estado trabalhavam na

altura 140 mil), aos gritos, com um alvo bem claro: a ministra da Educação.

Os profissionais da educação recordaram a força dessa mesma manifestação quando, em 11 de Fevereiro último, voltaram encher o Terreiro do Paço, em Lisboa, num protesto convocado pela plataforma integrada pela Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL), Fenprof, FNE, Pró-Ordem dos Professores, Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades (Sepleu), Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação (Sinape), Sindicato Nacional e Democrático dos Professores (Sindep), Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE) e Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades (Spliu).

A FNE foi a última organização a juntar-se, já a meio de Janeiro. Em retrospectiva, o actual secretário-geral da federação, eleito em Maio deste ano, recorda que “podia até nem ter entrado”. “Tudo teria sido diferente, se o Ministério da Educação tivesse mantido o calendário negocial

como previsto, se durante o processo negocial tivéssemos conseguido a vinculação de 14.500 professores e se mais um ou outro pormenor fosse alterado no diploma de concurso. Arrisco -me a dizer que, nessas circunstâncias e até de forma pioneira, estaríamos em condições de ter assinado o diploma dos concursos.”

A realidade foi outra e, perante a exigência no processo de vinculação dinâmica de os docentes terem de se candidatar a todo o país no próximo ano, a FNE não assinou o acordo. Pelo contrário, juntou-se aos protestos que já decorriam, por aquela altura, a bom ritmo.

Na FNE, como na Fenprof, explicam os líderes, as negociações com o Governo são preparadas com especial atenção, com equipas “especializadas” nos assuntos discutidos, os diplomas são analisados por advogados, são elaboradas propostas de diplomas.

No caso do Stop, há uma auscultação aos profissionais da educação, além de reuniões de direcção para preparar as negociações com a tutela. “Há aspectos muito mais técnicos, de análise dos diplomas. E mesmo as propostas de diplomas que levamos

são o resultado de contactos que fizemos com os colegas. Por exemplo, no caso do diploma sobre a vinculação de professores do ensino artístico especializado, foram eles [docentes] que analisaram o diploma e que fizeram as propostas, porque eram eles quem conhecia a realidade da Soares dos Reis e da António Arroio”, refere Carla Piedade.

“A maior luta de sempre”

No último ano lectivo, o Stop deu a volta ao guião habitual das greves, convocando uma paralisação por tempo indeterminado que se prolongou durante meses, além de marcar várias manifestações durante o ano lectivo. Na página de Facebook, o sindicato diz ter dinamizado “a maior luta de sempre na Educação em Portugal: com um sindicalismo democrático, apartidário e agregador, com a participação de sócios e não-sócios”.

Se, há uma semana, André Pestana negava existir uma ruptura com a direcção, escudando-se nas “diferenças que existem em qualquer direcção que não seja monolítica”, a história parece agora outra. Como noticiou o *Jornal de Notícias* na quinta-feira, o líder do



Stop vai pedir uma assembleia geral extraordinária para destituir a direcção do sindicato. “Neste momento, a direcção do Stop não está a ser fiel ao seu ADN”, disse ao JN André Pestana, afirmando ainda que o sindicato “vai voltar” a respeitar os princípios do sindicato.

Num comunicado enviado às redacções à meia-noite do mesmo dia, um grupo de oito dirigentes do Stop repudiava aquilo que classificou como “falsas declarações” de André Pestana ao JN. “Os elementos dos órgãos do Stop visados por André Pestana vão avançar com acções judiciais por atentado à verdade e ao bom nome do Stop”, informaram. E adiantaram que, “em sede própria, os elementos dos vários órgãos do Stop abaixo identificados prestarão todos os esclarecimentos aos sócios e não sócios e a verdade será reposta”. A nota vinha assinada pelos seguintes membros: Carla Piedade, coordenadora em exercício; Pedro Xavier Monteiro; Sílvio Figueiredo Miguel; Carla dos Santos Faria; Cristina Domingues; Maria Teresa Cardoso; Sandra Dias; e Cláudia Antunes Machado.

Voltando às acções promovidas pelos sindicatos. No calendário do Stop consta uma greve nacional

marcada para a próxima semana, de 18 a 22 de Setembro, que vai culminar com uma manifestação em Lisboa, na sexta-feira. Além das reivindicações comuns aos restantes sindicatos do sector, como a recuperação integral do tempo de serviço congelado ou a valorização da carreira, por exemplo, no centro das preocupações do Stop está também uma crítica à forma como o sindicalismo tem sido feito nos últimos anos.

“As pessoas estão muito desiludidas com os chamados ‘sindicatos do sistema’, que nos últimos 40 anos, por diversas vezes, traíram a confiança dos profissionais da educação, assinaram memorandos com o Governo, sem perguntar a quem trabalha nas escolas. Sentiram-se traídos e, por isso, o Stop não quer ser mais um sindicato”, critica André Pestana.

Falta de professores, valorização da carreira, problemas com permutas e colocações, tempo de serviço congelado, burocracia, negociações que terminam sem acordo, preparação de iniciativas... Todos estes temas constam da ordem de trabalho das reuniões, da Fenprof, da FNE e do Stop, a que pudemos assistir.

“Aqui estão quantos alunos saem prejudicados com estes horários que estão por preencher. Até sexta-feira, eram mais de 125 mil”, explica-nos o líder da Fenprof, Mário Nogueira, enquanto aponta para um papel com uma tabela na qual está patente a distribuição dos horários por preencher nas escolas, momentos antes de entrarmos numa reunião de dirigentes sindicais da federação, uns em Coimbra e outros através de videoconferência. Por estes dias, estas são contas que se fazem todas as sextas-feiras, sempre que sai uma reserva de recrutamento.

“Camaradas, bom dia”, cumprimenta, braços levantados, os cerca de dez rostos que tem no ecrã à sua frente. “Nós aqui não temos bastidores, só temos o trabalho”, brinca Nogueira, quando explica o motivo pelo qual aqui estamos.

Como o líder da Fenprof explica, não fazem “a luta pela luta”. À federação, através dos sete sindicatos que a integram, chegam inúmeras queixas e pedidos de ajuda de professores – por exemplo, colegas que tentam fazer uma permuta, mas o prazo para isso terminou antes sequer de as docentes conhecerem em que

escola ficariam colocadas este ano. Também a FNE recebeu o mesmo tipo de queixas. Outros casos existem de docentes que consultaram os preços ou concorreram às casas com renda acessível disponibilizadas pelo Governo em Lisboa e Portimão, mas cujas rendas “não são nada acessíveis”.

Em Lisboa, as rendas máximas no programa de apoio ao arrendamento oscilam entre 600 euros para um T0 e 1700 para um T5. Em Portimão, estes valores baixam, respectivamente, para 325 e 875 euros. Quanto às tipologias mais representadas, a renda máxima para um T1 custa, em Lisboa, 900 euros. E, para um T2, está em 600 euros em Portimão.

São estes e outros assuntos – que vão desde a organização de acções para a semana europeia dos professores, a primeira de Outubro, à discussão dos problemas que afectam o sector – que são trazidos para cima da mesa de debate entre dirigentes sindicais. E que não se esgotam em mais de uma hora de troca de ideias. “Temos de fazer um levantamento sobre o que está a acontecer na abertura do ano lectivo”, recorda Nogueira. E o ano escolar ainda agora começou.

Invariavelmente e independentemente do formato, seja entre membros da direcção, de delegados e dirigentes sindicais – como a da Fenprof, que no início do mês juntou 500 pessoas na Voz do Operário, em Lisboa, num encontro que terminou com os presentes a gritarem palavras de luta como “Respeito” ou “Não paramos”, repetidas ao longo de meses – ou com professores numa escola, todos os encontros a que pudemos assistir começaram por enunciar os problemas com que os professores se deparam nas escolas: além de manterem a exigência da recuperação do tempo de serviço, recordam que todas as outras reivindicações não se podem diluir com a espuma dos dias.

“O que é que está a falhar?” É uma das perguntas que ressoam na sala onde decorre a reunião entre professores da Escola Básica Leonardo Coimbra – Filho, no Porto, e a dirigente do Stop, Carla Piedade. “Os médicos e os enfermeiros também estão a lutar por melhores condições. Para eles, parece que se vai conseguindo alguma coisa e para nós nada”, diz uma das docentes. As questões dispararam: “Como é que conseguimos que isto seja uma força a nosso favor?”; “O que é preciso mudar?”

A resposta já por ali pairava. “Chegámos a um ponto de não retorno, agora não podemos parar. Se o fizermos, perderemos rigorosamente tudo.”

Carla Piedade

A dirigente do Stop (à esquerda na foto) assumiu o cargo de coordenadora do sindicato temporariamente

Mário Nogueira

O líder da Fenprof na sessão de encerramento do encontro nacional de delegados e dirigentes sindicais, na Voz do Operário, Lisboa

Quase 1000 horários estão por preencher

Ainda há 85 mil alunos sem professor a pelo menos uma disciplina no final da primeira semana de aulas

Samuel Silva

Foram colocados mais 2500 professores na reserva de recrutamento de ontem, grande parte para substituir baixas

No final da primeira semana do novo ano lectivo, ainda há cerca de 85 mil alunos que não têm professor a pelo menos uma das disciplinas. Ontem, foram colocados mais de 2500 docentes nas escolas, mas grande parte destes foi para substituir professores com atestados médicos, pelo que acabam por preencher lugares que até aqui não tinham sido sinalizados pelos estabelecimentos de ensino. As necessidades continuam semelhantes às verificadas há uma semana, com pelo menos perto de 1000 horários à procura de “dono”.

Ao final da tarde de ontem, eram 943 os horários colocados na plataforma que reúne os lugares que se encontram em oferta de escola. A partir deste número, o exercício é

igual ao que já tinha sido feito há uma semana pelo professor de Matemática e colaborador do blogue especializado DeArlindo, Davide Martins: os 942 horários correspondem a cerca de 12.800 horas lectivas que, divididas por três (a carga lectiva média de cada disciplina), totalizam 4257 turmas ainda sem professor.

Numa estimativa conservadora que tem em conta uma média de 20 alunos por turma, isto significa que cerca de 85.000 alunos ainda não têm todos os professores.

Este número é ligeiramente inferior ao apurado há uma semana. Eram então mais de 90 mil os alunos que não teriam professor a todas as disciplinas, mercê da colocação de 1062 horários na plataforma de contratação de escolas.

O ano lectivo começou oficialmente entre terça e quinta-feira da semana que agora termina. No entanto, “o cenário não muda muito” face ao da semana anterior, analisa Davide Martins. O professor nota, contudo, que os números estão “piores do que no ano passado”.

No arranque do ano lectivo passado, o Ministério da Educação admi-

tiu que havia cerca de 60 mil alunos com professores em falta. Este ano, o gabinete de João Costa não avança qualquer estimativa deste tipo. O que a tutela disse ao PÚBLICO é que foram ocupados, na reserva de recrutamento, cujos resultados foram conhecidos ontem, 2528 horários (73,4% do total que tinha sido pedido pelas escolas).

Por ocupar, ficaram 917 horários – dos quais 687 são incompletos –, um número coerente com as ofertas conhecidas até ao final da tarde de ontem. Os horários não ocupados seguem agora para contratação de escola, a derradeira oportunidade para os estabelecimentos de ensino encontrarem os professores de que necessitam.

É durante a fase de contratação de escola que as direcções dos estabelecimentos de ensino podem contratar licenciados que não tenham frequentado mestrados profissionalizantes, obrigatórios para aceder à carreira docente. O ministro da Educação avançou, ontem, em entrevista à SIC, que, neste ano lectivo, as escolas já contrataram 810 pessoas com as chamadas “habilitações pró-

prias”. De acordo com o *Expresso*, a maioria destas contratações decorreu no grupo de recrutamento de Informática, mas também Geografia, Física e Química e Biologia e Geologia.

Maioria são substituições

Os números da terceira reserva de recrutamento revelam que 217 professores foram contratados em oferta de escola durante a última semana.

Nas três reservas de recrutamento deste ano lectivo, já foram preenchidos cerca de 8500 horários. Ainda assim, as necessidades de professores ainda reportadas pelas escolas estão muito semelhantes às verificadas há uma semana.

O professor Davide Martins, do blogue DeArlindo, diz que os números estão “piores do que no ano passado”

Isso deve-se ao facto de a maioria das 2528 colocações desta semana se destinarem a substituições de docentes que já estavam ao serviço das escolas. Este é um fenómeno comum nesta altura do ano, já que os professores com doenças crónicas entregam os atestados médicos no arranque das aulas.

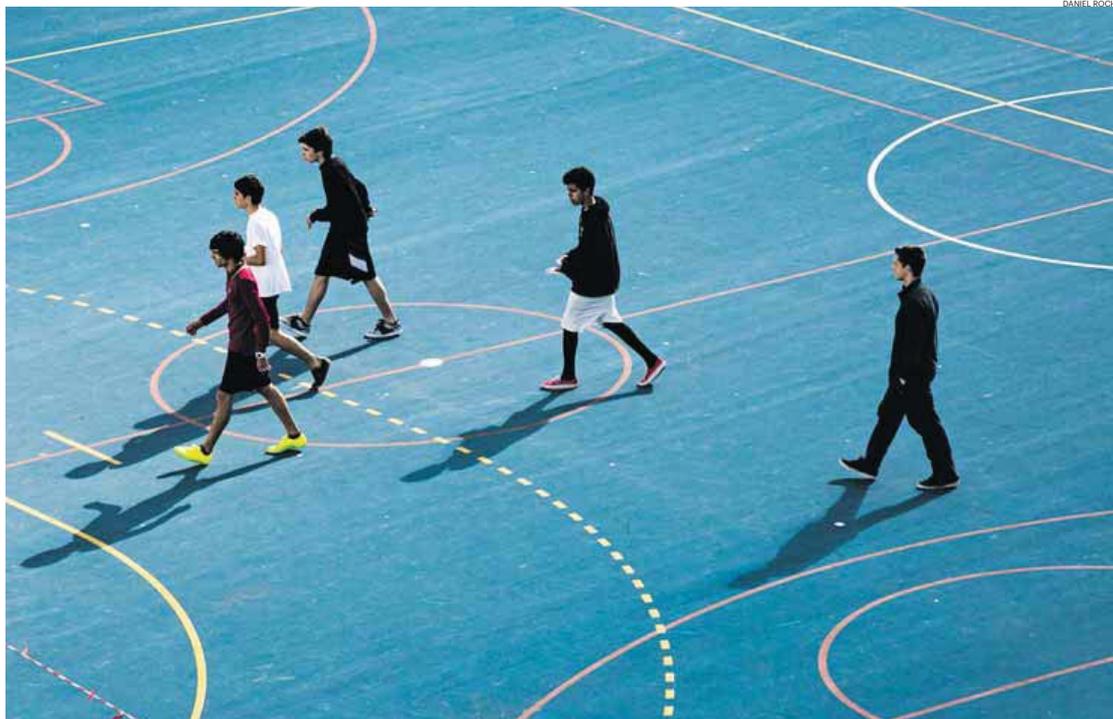
Os números da reserva de recrutamento são uma noção da dimensão deste fenómeno: dos 2528 horários colocados ontem, 2373 dizem respeito a professores contratados. A esmagadora maioria destes (77%) vai ocupar necessidades temporárias das escolas.

Depois da segunda reserva de recrutamento, há ainda 95 professores dos quadros por colocar, que podem encontrar lugar nas próximas semanas. Isto acontece devido ao desfasamento existente entre as regiões (Quadros de Zona Pedagógica), onde os docentes estão vinculados e os lugares onde são precisos – as maiores necessidades de professores concentram-se na Área Metropolitana de Lisboa e também no Algarve; já a maioria dos profissionais de educação está no Norte e Centro do país.

As possibilidades de contratação são muito maiores junto dos professores contratados – estão ainda mais de 20 mil disponíveis –, mas, tal como tem acontecido nos últimos anos, a grande dificuldade é o equilíbrio entre as disciplinas (ou grupos de recrutamento) onde há mais professores nas reservas e as áreas onde há maior necessidade de contratação.

Na semana em que arrancou oficialmente o ano lectivo, há nove grupos de recrutamento onde são já menos de 50 os professores disponíveis para colocação, com destaque para Língua Gestual Portuguesa, onde se mantém apenas uma docente à procura de escola, e para o grupo de Informática, onde há 19 professores contratados na reserva. Informática tem sido, nos últimos anos, um dos grupos de recrutamento onde tem sido mais difícil encontrar professores, à medida que avança o ano lectivo, como também revelam os números das contratações recorrendo à habilitação própria.

Os restantes grupos onde já quase não há professores contratados disponíveis para serem colocados nas escolas são áreas com poucos alunos e poucas necessidades de docentes, como Latim e Grego (45 professores por colocar), Educação Tecnológica (24) ou Educação Moral e Religiosa Católica (17).



DANIEL ROCHA



Reportagem

"Aqui não temos bastidores, só trabalho." Assim se prepara um novo ano de luta na educação

Ainda há 85 mil alunos sem professor a todas as disciplinas

Destaque, 4 a 8